
EDITORIAL

"NÓS SÓ NOS DEVIAMOS LEMBRAR DOS POBRES"

(Gl 2,10)

Em preparação à IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

A recente publicação dos Elementos para uma reflexão pastoral em preparação da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano está suscitando nos meios eclesiais brasileiros as mais variadas reações. Essas reações infelizmente não atingiram ainda o nível de efervescência participativa que precedeu a celebração de Puebla em 1979. Nos ambientes teológicos do nosso país, elas têm sido, até o momento, preponderantemente negativas. Seria, porém, grave erro de apreciação imaginar que tal negatividade seja motivada por uma dose excessiva de corrosivo espírito crítico ou pelo desejo petulante de não colaborar de maneira ativa e responsável na preparação de um evento eclesial da envergadura da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

Os teólogos, convidados expressamente ao estudo e ao debate (se não pelo próprio texto, certamente sim na apresentação da tradução brasileira assinada pelo Presidente em exercício da CNBB), cumprem com sua missão quando emitem opiniões e pareceres, mesmo negativos. Nem teria sentido julgar essa atitude dos teólogos como intromissão arrogante numa área que não lhes diz respeito ou extrapolação do âmbito das suas competências invadindo um domínio reservado ao magistério episcopal.

Para evitar esses equívocos e exorcizar tais suspeitas convém esclarecer que o texto dos Elementos para uma reflexão pastoral de que aqui se trata, se apresenta a si mesmo, "à metade do caminho da preparação para Santo Domingo", como "uma primeira ferramenta de trabalho", uma "modesta contribuição". Portanto não é ainda o Documento de Trabalho da IV Conferência previsto para o início do próximo ano. Também não é um Documento de Consulta como o texto que precedeu a Conferência de Puebla. Trata-se apenas de um "instrumento preparatório" sobre o qual, de acordo com a Apresentação de D. Paulo Ponte na edição brasileira, só a futura Presidência do CELAM (a ser eleita em abril de 1991) decidirá se "se transformará em Instrumento de Trabalho ou dará origem a um segundo instrumento preparatório de consulta".

Julgamos que estes esclarecimentos sobre a natureza do texto são necessários para que fique patente que nossa intenção não é criticar irresponsavelmente um documento já revestido da autoridade do magistério episcopal, mas uma "ferramenta de trabalho" que nos parece inadequada — e mesmo nociva — a sua função.

O esclarecimento é tanto mais necessário quanto, a nosso parecer, é ambígua a maneira como são propostos os materiais para a utilização e o "Guia para a reflexão e elaboração de contribuições" apresentados nas páginas finais do volume. E a ambigüidade consiste nisto: na medida em que são solicitadas contribuições elaboradas e redigidas sobre pontos particulares do texto, cria-se a impressão de que ele já é, como um todo e em si mesmo, o Instrumento de Trabalho da Conferência de Santo Domingo em 1992. Mas, não é.

Antes, porém, de entrarmos na discussão sobre o mérito do texto proposto, convém perguntar seriamente se a melhor maneira de ocupar o tempo dos membros da IV Conferência seja dar-lhes a tarefa de redigir e discutir um texto tão complexo e abrangente como o proposto ou outro semelhante. Não seria muito melhor que os bispos levassem a Santo Domingo suas preocupações, problemas, experiências, realizações e esperanças, discutindo-os com toda liberdade e criatividade, com audácia evangélica (parrhesia)? Talvez viessem a emergir então alguns questionamentos e problemas fundamentais em torno dos quais fosse oportuno dizer e comunicar algo às Igrejas do Continente, sem pretensão de elaborar documento tão amplo e geral que termina atropelando análises históricas e sociais, e sacrificando no altar de uma teologia monolítica a diversidade pastoral da Igreja da América Latina.

Essa perspectiva de trabalho faria a IV Conferência retornar à metodologia flexível da I, no Rio de Janeiro, em 1955. Sem textos prévios, sem documentos volumosos e enciclopédicos. Simplesmente no encontro fraterno de pastores imbuídos de sua responsabilidade na "solicitude por todas as Igrejas" (2 Co 11,28)

Mas o texto proposto pela atual presidência do CELAM nos desperta desse sonho. Sem dúvida é um texto que merece respeito pelo gigantesco esforço que significou para seus autores. Inegavelmente é superior ao nefasto documento anterior, enviado "subsecreto" à apreciação dos bispos. Mas isso não pode nem deve inibir a liberdade da colaboração para um diálogo, cuja base há de ser radical. Radical, isto é, capaz de atingir as raízes e perguntar-se pelos pressupostos que determinam a estrutura, o método e os conteúdos do texto apresentado.

Nesse diálogo radical, não nos cabe evidentemente julgar das intenções dos autores do texto. Mas sua leitura permite descobrir com suficiente clareza certa intencionalidade explícita ou implícita que é

preciso rejeitar com a maior veemência. Ela diz respeito à opção preferencial pelos pobres.

Em recente editorial desta revista (nº 56, janeiro/abril 1990) observávamos que, depois de Medellín e Puebla, "a opção preferencial pelos pobres se tornou o fulcro de toda atividade eclesial na América Latina". E nos permitíamos chamar a atenção para as graves consequências que derivariam de uma ruptura na continuidade dessa tradição, caso a temática escolhida para a Assembléia de Santo Domingo não levasse em conta este fato.

E ele não foi levado em conta! Escandalosamente. Inexplicavelmente. Propositadamente? Tudo leva a crer que sim. Mas, por que motivo?

Não ignoramos que o sentido da expressão "opção preferencial pelos pobres" possa ter sofrido os efeitos desgastantes produzidos pela preguiça mental e prática que a transformaram numa frase-chavão. Nem que, em certos ambientes, ela tenha sido utilizada como arma ideológica, enquanto que, em ambientes contrários (e não menos ideológicos), ela ocasiona uma rejeição alérgica. Mas a saturação que esses fatos possam ter causado, absolutamente não justifica nem explica que no texto que comentamos a opção preferencial pelos pobres tenha sido praticamente erradicada.

Falar de erradicação não é resultado de uma interpretação particularmente maldosa. É um fato. Após a leitura dos 974 parágrafos que constituem as quatro partes dos Elementos para uma reflexão pastoral, o leitor não pode deixar de ter a impressão de que se quis fazer tabula rasa das três anteriores Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e, portanto, da história do próprio CELAM. A surpresa e a perplexidade são tanto maiores quanto, logo no início das "Reflexões preliminares" da 1ª Parte, "Visão histórica de 500 anos de evangelização", tinha-se afirmado que, "em momento algum, podemos esquecer a evangélica opção preferencial pelos pobres"(7).

Na realidade, porém, o leitor que tenha levado a sério esta afirmação será submetido a uma longa espera e a uma ainda maior dúvida sobre qual é o sentido que os autores do texto pretendem dar à palavra "esquecer". Deverá, com efeito, ler toda a 1ª Parte. Repassará depois, e de novo em vão, os três núcleos que, na 2ª Parte, analisam "A realidade latino-americana" do ponto de vista econômico, sócio-político e cultural. Iniciará a leitura da 3ª Parte sobre a "Visão pastoral da realidade – Aspecto eclesial" e, só então, a 558 parágrafos de distância daquela promessa de lembrança permanente da opção preferencial pelos pobres, começará a encontrar algum eco da antiga e inicial promessa (cf. 564).

Lamentavelmente o eco será, além de fraco, distorcido. A opção preferencial pelos pobres reaparecerá como uma virtude ascética dos agentes de evangelização (cf. 573, 576, 580, 589), pouco menos que o tradicional voto de pobreza, pois só é lembrada quando se fala dos agentes ordenados ou dos religiosos. Será lembrada também quando se fale das pastorais específicas com os "indígenas" (743), com os negros (746) e com os migrantes (752), isto é, em âmbitos cuja particularidade acaba distorcendo o sentido universal que a opção tinha para todos os espaços da ação pastoral da Igreja. Esta distorção se confirmará se, no capítulo dedicado aos "Conteúdos da evangelização", o leitor ainda espera que Medellín e Puebla signifiquem algo para os autores dos Elementos para uma reflexão pastoral. Procurará em vão! E as suas perguntas sobre a permanência e a atualidade das duas Conferências anteriores se transformarão em resposta negativa, quando leia o que é dito no capítulo dedicado a "A Igreja no mundo" (cf. 787, 790-792) e, sobretudo, quando não leia o que esperaria poder ler no capítulo dedicado à "Visão prospectiva". A opção preferencial pelos pobres simplesmente não mais aparecerá.

Resta ainda ao leitor a 4ª Parte. Seu título, "Iluminação teológica. Evangelizadores em uma novíssima civilização", deveria ao menos ser capaz de iluminar o desconcerto que nesta altura o leitor está sentindo e afastar a tentação de pensar que a promessa inicial de nunca esquecer a opção preferencial de Puebla era apenas pura e vã retórica.

De fato, a 4ª Parte é iluminadora. Ela ilumina e esclarece aquilo que até agora aparecia como escandalosamente inexplicável. Se mesmo com a melhor das vontades não conseguimos ver por que essa "iluminação" é denominada "teológica", reconhecemos que ela, ao menos, tem o mérito de explicar o motivo e a intenção que levaram a esquecer e distorcer de fato uma opção que era anunciada como inesquecível. Vejamos.

"Na América Latina, talvez mais do que em outras latitudes, a Igreja não pode deixar de assumir o rosto da pobreza e dos pobres como uma opção preferencial que impregna todo o seu ser" (915). Esta frase, cujo sentido é claro e insofismável, perde no entanto todo o seu significado e se transforma, mais uma vez, em afirmação retórica por causa do contexto em que ela está inserida. Esse contexto (a "Iluminação teológica" que constitui a 4ª Parte) apresenta uma visão falseada da América Latina. A preocupação com a "novíssima civilização", as longas reflexões sobre a secularização e a modernidade acabam por descaracterizar a identidade peculiar da Igreja no nosso Continente. A visão teológica da 4ª Parte se manifesta, assim, desarticulada e parcial.

Creemos que, na verdade, nesta 4ª e última Parte, assistimos a uma operação que, permeando todo o texto dos Elementos para uma reflexão pastoral, aqui finalmente revela a sua intenção. O que o texto se propõe na prática é operar a substituição de uma linguagem por outra. A linguagem de Medellín e Puebla sobre a opção preferencial pelos pobres se transforma aqui num discurso onde termos como "solidariedade", "integração", "direitos humanos", "civilização do amor" etc., de fato transmutam, com a mudança de linguagem, o conteúdo mesmo em que se tinha plasmado a identidade da tradição da nossa Igreja. Não só a dos últimos 20 anos. Também a tradição iniciada no que houve de mais autenticamente cristão na primeira evangelização.

O leitor pode saber assim o que tem em mãos. E julgar se é realmente isso o que se esperaria da IV Conferência Geral do nosso Episcopado. O leitor pode entender finalmente aonde leva aquela "mudança metodológica" (147) que o texto pretende realizar na análise dos fatos característicos da realidade latino-americana e, nela, da realidade eclesial. Essa mudança produziu um texto invertebrado. Um texto com pretensões enciclopédicas, mas que acaba virando um almanaque de lugares comuns. Um texto onde uma eclesiologia centrípeta acaba sufocando o carisma dos nossos Pastores, reduzindo-os a meros guardiões de um rebanho encurralado ou a "especialistas" oniscientes em toda espécie de análise da realidade. Um texto onde até os problemas que, real ou imaginariamente, estão sendo vividos pela Igreja atual são anacronicamente retroprojetados ao passado, condicionando a leitura da história da primeira evangelização. Um texto, enfim, sem fio condutor nem linha diretriz.

É por tudo isto que a intenção de "retomar as linhas diretrizes" (20) das três Conferências anteriores não se realizou. Esta conclusão se impõe pela simples leitura do texto. E, conhecendo um pouco da história moderna da Igreja em nosso continente, caberia afirmar, sem ironia, que pelo seu tom e pela sua intencionalidade, pelo modo como parece situar-se na realidade em que a Igreja deve exercer a sua missão, o texto se assemelha mais ao do Concílio Plenário da América Latina realizado em Roma em 1899 no fim do pontificado de Leão XIII. Ninguém poderia honestamente pôr em dúvida a importância daquele Concílio Plenário que o Papa convocara tendo em vista os 400 anos da evangelização (ou do "descobrimento", como então se falava). Pensamos apenas que, passado quase um século, o Concílio Plenário, com as intenções e o "clima" próprios da sua época, não é o melhor modelo para prosseguir a tradição e manter a identidade das Conferências Gerais do Episcopado. A primeira delas, em 1955 no Rio de Janeiro,

adotou o termo de Conferência Geral justamente porque os bispos latino-americanos, previamente consultados por Pio XII através da Secretaria de Estado, julgaram-no mais dinâmico e adaptado às mutáveis necessidades e urgências pastorais.

A linha diretriz ou o fio condutor são, pois, essenciais à forma própria das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e ao conteúdo dos textos das Conclusões emanados das duas últimas. Não caberia esperar algo diferente de Santo Domingo. Nem na forma, nem no conteúdo. Nesse conteúdo a opção preferencial pelos pobres, num Continente que depois de Puebla se tornou ainda mais empobrecido, não pode ser considerado um modismo passageiro. Que o socialismo marxista tenha desabado no Leste europeu, como o texto recorda em várias ocasiões, não significa que os pobres tenham desaparecido. Torna, pelo contrário, mais urgente e dramática, mais insuspeita também, a reafirmação dessa opção preferencial da Igreja. Evitá-la, justamente agora, significaria cometer a pior infidelidade ao Evangelho. À Igreja. Ao próprio Papa João Paulo II. Seu magistério, como lembra o Anexo (acrescentado de maneira pouco orgânica no fim do texto) vai bem mais longe e bem mais fundo do que os Elementos para uma reflexão. Ele parece corroborar o que aqui tentamos afirmar chamando a atenção para o esquecimento da opção preferencial e para a necessidade de recuperá-la como linha diretriz que permita uma orientação verdadeiramente pastoral. Orientação de Pastores, tanto na análise da realidade como na forma de discernimento dos problemas mais urgentes e das soluções mais adequadas para nossa realidade eclesial.

*

No conflitivo início da novíssima evangelização na primeira cultura e na primeira civilização não-bíblica, a Assembléia de Jerusalém restaurou a comunhão eclesial com uma simples frase-programa que Paulo resume assim: Nós só nos devíamos lembrar dos pobres (Gl 2,10). Desejar que isso aconteça em Santo Domingo não é um desejo partidário, é a expressão do nosso amor e da nossa fidelidade à Igreja.